



REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

107 Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal
Porto Alegre, v. 19, n. 107, abr./maio 2022

Para acessá-la, o usuário deve solicitar cópia dos artigos pelo [Portal de serviços administrativos do TCU](#), na opção “Pesquisa bibliográfica”.

Doutrina

O Princípio da Insignificância como Causa de Atipicidade e o Fator da Reincidência: a Incongruência Epistemológica da Jurisprudência Brasileira
Cláudio Brandão, Leonardo Marcel e Renato Feitosa

Controle Judicial da Execução Penal, Dever de Inspeção e a Interdição de Presídios: o Papel do Juiz na Miséria do Cárcere
Gustavo Octaviano Diniz Junqueira e Bruno Paiva Garcia

A Inteligência Artificial e o Processo Penal
Vitória Madruga e Miguel Tedesco Wedy

Crime Organizado e Política Criminal: Rumos Possíveis para Modalidades Criminosas em Constante Evolução
Motauri Ciocchetti de Souza e Gabriela Casagrande Gazzone

Processo Expansionista do Direito Penal Moderno: Enfoque sobre o Direito Penal Libertário
Alexandre Manuel Rodrigues e Gabriela Kalif Lima

Influências do Art. 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro na Invalidação de Acordos de Colaboração Premiada
João Eduardo Lopes Queiroz e Raphael Lima Ribeiro

O Hábito Faz o Monge? Apropriação Indébita Tributária do ICMS, o Supremo Tribunal Federal e o Ativismo Judicial
Nestor Eduardo Araruna Santiago e Vanessa Fernanda Soares

A Utilização da Ferramenta de Censuração e Cyber Security Framework do NIST na Redução de Vulnerabilidades e Mitigação de Crimes Cibernéticos: uma Análise Jurídica e Tecnológica
Cinthia Obladen de Almendra Freitas, Bianca Amorim Bulzico e Devilson da Rocha Sousa

Doutrina estrangeira

El Hombre y su Acción Libre
Gabriel Gómez Benítez

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Lei do Estado de Minas Gerais n. 22.257/2016. Autorização de Lavratura de Termo Circunstanciado por Integrantes dos Órgãos de Segurança Pública. Possibilidade. Competência Concorrente dos Estados. Ausência de Desvio de Funções. Ação Direta Julgada Improcedente
Rel. Min. Edson Fachin

Superior Tribunal de Justiça - Associação Criminosa, Crime Contra a Economia Popular e Crime Contra as Relações de Consumo. Pirâmide Financeira. Art. 316, Parágrafo Único, do Código de Processo Penal. Prisão Preventiva. Acusado Foragido. Inexistência do Dever de Revisão Periódica da Custódia Cautelar. Recurso Desprovido
Rel. Min. Ribeiro Dantas

Superior Tribunal de Justiça - Insurgência Contra Condenação Transitada em Julgado. Writ Substitutivo de Ação Revisional. Descabimento. Art. 105, Inciso I, Alínea E, da Constituição da República. Concessão de Ofício, Todavia, que se Impõe. Penal. Lesão Corporal. Art. 129, § 2º, Inciso IV, do Código Penal. Dosimetria. Qualificadora. Deformidade Permanente. Restrição às Lesões Físicas. Dano Estético. Primeira Fase da Dosimetria. Conduta Social, Motivos e Consequências do Crime. Fundamentação Idônea. Segunda Etapa. Confissão Espontânea Parcial e Qualificada. Cabível o Reconhecimento da Atenuante. Pedido Não Conhecido. Ordem de Habeas Corpus, Todavia, Concedida Ex Officio
Rel^a Min^a Laurita Vaz

Superior Tribunal de Justiça - Art. 157, Caput, do CP. Dosimetria. Análise Desfavorável de Circunstâncias Judiciais. Motivos do Crime. Obtenção de Dinheiro para Compra de Drogas. Circunstâncias do Delito. Crime Praticado no Interior de Ônibus Vazio e com Simulacro de Arma de Fogo. Elementos Concretos que Demonstram que a Ação Não Desbordou da Periculosidade Própria do Tipo. Fundamentos Inidôneos para a Elevação da Reprimenda. Decote Devido. Pleito Ministerial de Restabelecimento do Aumento. Agravo Não Provido
Rel. Min. Ribeiro Dantas